

CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5446/2025 Projeto de Lei Complementar Executivo nº 17/2025 Mensagem nº 096/2025

PARECER

Trata-se de pedido de apreciação de constitucionalidade e legalidade de projeto de Lei Complementar proposto pelo Ilustre Prefeito Municipal de Cariacica, Euclério de Azevedo Sampaio Júnior, que "altera a Lei Complementar n° 160/2025, dispõe sobre o regime próprio de previdência social dos servidores públicos do município de Cariacica, consolida a legislação previdenciária e dá outras providências".

Em sua mensagem, o Executivo municipal, informa que a presente proposição tem como finalidade corrigir erros materiais e formais identificados no texto da Lei Complementar nº 160/2025, notadamente no que se refere à remissão e á revogação de dispositivos repetidos, que, se mantidos, poderiam comprometer a interpretação uniforme da norma e causar embaraços na análise e tramitação de processos administrativos de aposentadoria dos servidores públicos municipais.

Além disso, afirma o Executivo, que as matérias tratadas nos artigos a serem revogados (146 a 151) já se encontram devidamente disciplinadas em outros dispositivos da própria Lei Complementar nº 160/2025, especialmente nos artigos 65 a 68. Dessa forma, a revogação proposta não implica qualquer prejuízo ou supressão de direitos dos servidores, mas tão somente a eliminação de redundâncias normativas que poderiam gerar insegurança jurídica.

Por fim, alega que se trata de medida de caráter eminentemente técnico e corretivo, voltada a reforçar a coerência interna do diploma legal, evitar interpretações conflitantes e garantir a fiel execução das normas previdenciárias, em estrita observância aos princípios da legalidade, segurança jurídica e eficiência administrativa.

Sob o aspecto formal, nada obsta a tramitação do projeto, eis que utiliza a via correta para consecução de seu objetivo, estando de acordo com o estabelecido no Regimento Interno desta Casa de Leis, artigos 106 ao 111.



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5446/2025 Projeto de Lei Complementar Executivo nº 17/2025 Mensagem nº 096/2025

Em análise detida ao objeto da presente proposição, restou verificado que a mesma é de competência do Chefe do Poder Executivo Municipal, eis que versa sobre a organização administrativa, conforme os artigos 53, inciso IV, 90, inciso XII, e 161, todos da Lei Orgânica Municipal de Cariacica, *in verbis*:

"Art. 53 - Compete privativamente ao Prefeito a iniciativa das leis que versem sobre:

(...)

ÎV – organização administrativa, serviços públicos e de pessoal da administração;"

"Art. 90 – Ao Prefeito compete, privativamente:

(..)

XII – decidir sobre a organização e o funcionamento da administração municipal, na forma da lei;"

"Art. 161 O Município poderá instituir, por lei, contribuição cobrada de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de sistemas de previdência e assistência social"

Não obstante, é de competência do Poder Executivo a iniciativa de leis que versem acerca da organização do município. E, seguindo por analogia os termos do artigo 61, § 1º, II, "b" da Constituição Federal, utilizando-se do Princípio da Isonomia, verifica-se a competência privativa do Poder Executivo para legislar sobre a matéria em apreço.

Além do mais, ressalta-se que em observação à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), mormente o art. 16, que estabelece que quando da criação de despesas, o ordenador de despesas deverá apresentar a estimativa de impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes, contudo o referido projeto não representa aumento de despesas, dispensando o envio do impacto orçamentário-financeiro, conforme afirmado pelo autor.

Portanto, verifica-se que a proposição cumpre os requisitos necessários à sua regular tramitação e, uma vez verificada a competência do Poder Executivo para legislar sobre a



CÂMARA MUNICIPAL DE CARIACICA ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Procuradoria

Processo nº 5446/2025 Projeto de Lei Complementar Executivo nº 17/2025 Mensagem nº 096/2025

matéria, opinamos pelo PROSSEGUIMENTO do presente Projeto de Lei Complementar.

Por fim, insta frisar que a emissão de parecer por esta Procuradoria não substitui o parecer das Comissões Permanentes, porquanto essas são compostas pelos representantes do povo e constituem-se em manifestação efetivamente legítima do Parlamento. Dessa forma, a opinião jurídica exarada neste parecer não tem força vinculante, podendo seus fundamentos serem utilizados ou não pelos membros desta Casa.

Este é o nosso parecer, salvo melhor juízo.

Cariacica/ES, 11 de novembro de 2025.

GUSTAVO FONTANA ULIA

Procurador Jurídico

NATHALIA CARON

Matrícula nº 3985